



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 317/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1500/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo para Financiamento da Modernização Fazendária do Estado do Amazonas.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sra. Danielle Maia Queiroz, Ordenadora de Despesa e Sr. Afonso Lobo Moraes, Secretário Estadual de Fazenda e Gestor do Fundo para Financiamento da Modernização Fazendária do Estado do Amazonas.

6- Unidade Técnica: DICAD – Informação Conclusiva nº 20/2016 (fls. 193/196).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1941/2016–MPC–ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 198/200).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo para Financiamento da Modernização Fazendária do Estado do Amazonas. Exercício de 2014.

*Contas Regulares. Recomendação à Origem.
Determinação de envio.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar REGULAR a Prestação de Contas Anuais do Fundo para Financiamento da Modernização Fazendária do Estado do Amazonas, exercício 2014, tendo por responsáveis Sra. **Danielle Maia Queiroz**, Ordenadora de Despesa, e Sr. **Afonso Lobo Moraes**, Secretário Estadual de Fazenda e gestor do fundo, nos termos do artigo 22, I, da Lei 2423/1996;

9.2- RECOMENDAR à origem que atente a procedimentos mais claros quando aderir a registros de preços, motivando a adesão ao demonstrar não somente a vantagem econômica, mas também os critérios objetivos e isonômicos da opção, como apontados pelo Ministério Público de Contas;

9.3- DETERMINAR o envio de cópias da manifestação Ministerial ao órgão de origem.

10- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 12 de abril de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 317/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral